

II.4.4 - Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas

De acordo com a Lei Federal Nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000), que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as Unidades de Conservação (UC) são “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

No presente item, seguindo as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência COEXP 10047523 que embasa este EAS, foram levantadas as Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais localizadas na área de estudo, considerando os limites das unidades e suas respectivas zonas de amortecimento. Outras áreas protegidas por lei foram identificadas, tais como, bens tombados, áreas de restinga, manguezais, etc., quando possível.

Para a delimitação das zonas de amortecimento foi considerado o plano de manejo da unidade, quando existente. Caso contrário, foi considerado o preconizado na Resolução CONAMA Nº 428/2010 e sua alteração (CONAMA, 2010), bem como pelas resoluções estaduais do CONSEMA-ES Nº 02 de 29/08/2013 (CONSEMA, 2013) e a Resolução INEA-RJ Nº 71 de 18 de junho de 2013 (INEA, 2013). Estas normas estabelecem que, na ausência de definição pelo plano de manejo, é delimitada como ZA uma faixa de 3 mil metros (ou 3 km) a partir do limite da UC. Esta regra não se aplica para as categorias Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), bem como para UCs localizadas em áreas urbanas consolidadas.

As referências utilizadas foram oriundas dos órgãos gestores de unidades de conservação, destacando-se os seguintes:

- Instituto Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo – IEMA/ES;
- Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA/RJ);
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O **Anexo II.4.4-1** traz o mapeamento destas UCs e demais áreas protegidas, em arquivos *shapefiles*, conforme solicitado pelo TR, mostrando os polígonos das unidades e suas zonas de amortecimento, com tabelas de atributos contendo informações sobre:

- I. Localização, objetivos de criação;
- II. Usos permitidos de acordo com a categoria correspondente (disposto na Lei 9.985/2000) e com o Plano de Manejo;
- III. Existência de conselho de gestor, dentre outras informações, as quais estão sintetizadas no **Quadro II.4.4-2**.

O **Anexo II.4.4-2** apresenta o mapa das UCS em pdf.

O **Quadro II.4.4-1** apresenta a classificação das unidades de conservação por grupo, assim como a simbologia utilizada no **Quadro II.4.4-2**.

Quadro II.4.4-1 – Grupos de Unidades de Conservação.

Simbologia	Grupo
US	Uso sustentável
PI	Proteção Integral

Quadro II.4.4-2 – Unidades de Conservação e demais áreas protegidas identificadas na área de estudo.

Categoria	Nome	Grupo	Esfera	Localização	Plano de Manejo	Conselho Gestor	Objetivo	Usos Permitidos
Monumento Natural	MN Ilhas do Meio, de Fora e dos Franceses	PI	Bem Tombado	Itaipava	N.A.	NA	Lei Nº 9.985, de 18/07/2000	Lei Nº 9.985, de 18/07/2000
Monumento Natural	Monumento Natural Ilha do Gambá	PI	Bem Tombado	Piúma	N.A.	N.A.	Lei Nº 9.985, de 18/07/2000	Lei Nº 9.985, de 18/07/2000
Monumento Natural	Monumento Natural Monte Aghá	PI	Bem Tombado	Itapemirim	N.A.	N.A.	Lei Nº 9.985, de 18/07/2000	Lei Nº 9.985, de 18/07/2000
Monumento Natural	MN Ilhas do Meio, de Fora e dos Franceses	PI	Bem Tombado	Piúma	N.A.	N.A.	Lei Nº 9.985, de 18/07/2000	Lei Nº 9.985, de 18/07/2000
Monumento Natural	MN Ilhas do Meio, de Fora e dos Franceses	PI	Bem Tombado	Piúma	N.A.	N.A.	Lei Nº 9.985, de 18/07/2000	Lei Nº 9.985, de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA de Setiba	US	Estadual	Guarapari / Vila Velha	Sim	Sim	Estabelecer uma zona de amortecimento de impactos ao redor do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha. Proteger restinga e ilhas costeiras. (Lei Nº 5651 26/05/98)	Uso Sustentável, com duas Zonas de Proteção Especial, duas Zonas de Proteção Prioritária, duas Zonas de Conservação Prioritária e duas Zonas de Conservação Especial
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS Estadual Concha D'Ostra	US	Estadual	Guarapari	Em Elaboração	Sim	Manguezal, Estuários e Mata de Tabuleiro	Lei Estadual Nº 8.464 de 14/03/2007
Área de Proteção Ambiental	APA da Lagoa Grande	US	Municipal	Vila Velha	Não	Sim	Preservar o ambiente natural e normatizar o desenvolvimento do entorno, conservando ao máximo os recursos naturais existentes	Possibilidades de uso variáveis, visando um ordenamento territorial sustentável. (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Área de Proteção Ambiental	APA da Lagoa Guanandy	US	Estadual	Itapemirim / Piúma / Marataízes	Em Elaboração	Não	Proteger a Lagoa Guanandy e todos os seus contribuintes; promover o desenvolvimento econômico regional com a proteção da natureza, preservar a vegetação e os remanescentes florestais de restinga, desenvolver o turismo regional integrado	Limita e/ou restringe a implantação e o funcionamento de atividades potencialmente poluidoras / degradadoras e realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais
Monumento Natural Municipal	MNM Falésias de Marataízes	PI	Municipal	Marataízes	Não	Sim	Costão Rochoso	Decreto Nº 193 de 01/12/2008
Área de Proteção Ambiental	APA da CEHAB	US	Municipal	São João da Barra	Não	Não	Decreto Nº 010/03 de 10/03/2009	Decreto Nº 010/03 de 10/03/2009
Reserva Particular do Patrimônio Natural	RPPN Fazenda Caruara	US	Estadual	São João da Barra	Não	Não	Preservação de vegetação de restinga, recuperação das áreas degradadas; preservação de áreas úmidas remanescentes no litoral norte fluminense (PORTARIA INEA/RJ/PRES Nº 357/07/2012)	Pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.(Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Parque Estadual	PE Lagoa do Açú	PI	Estadual	Campos dos Goytacazes / São Joao da Barra	Não	Sim	Preservar remanescentes de vegetação de restinga e recuperar áreas degradadas e assegurar a preservação de áreas úmidas de vegetação de restinga e recuperar áreas degradadas	Uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000
Área de Proteção Ambiental	APA do Lagamar	US	Municipal	Campos dos Goytacazes	Não	Não	Proteger um ecossistema de lagunas do município e de ecossistemas representativos associados a ele, bem como controlar atividades que ameacem a sua integridade	Possibilidades de uso variáveis, visando um ordenamento territorial sustentável. Classe 6 (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Parque Nacional	PN da Restinga de Jurubatiba	PI	Federal	Macaé / Carapebus / Quissamã	Sim	Sim	Preservar uma amostra significativa dos ecossistemas de restinga e de lagoas costeiras, com um alto grau de preservação e importância ecológica. (Dec S/Nº, 29/04/1998)	Pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Parque Municipal	PM do Arquipélago do Santana	PI	Municipal	Macaé	Não	Não	Proteger os ecossistemas nele existente, a flora, a fauna e os sítios arqueológicos.	Realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.(Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Parque Municipal	PM do Arquipélago do Santana	PI	Municipal	Macaé	Não	Não	Proteger os ecossistemas nele existente, a flora, a fauna e os sítios arqueológicos.	Realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.(Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)

Continua...

Quadro II.4.4-2 (continuação) – Unidades de Conservação e demais áreas protegidas identificadas na área de estudo.

Categoria	Nome	Grupo	Esfera	Localização	PM	Conselho Gestor	Objetivo	Usos Permitidos
Área de Proteção Ambiental	APA Arquipélago do Santana	US	Municipal	Macaé	Não	Não	Resguardar o Arquipélago de Santana dos impactos potenciais e efetivos oriundos das atividades humanas praticadas em suas adjacências, bem como compatibilizar tais atividades com a proteção do meio ambiente. (Lei Nº.1.216 /89)	Possibilidades de uso variáveis, visando um ordenamento territorial sustentável. Classe 6 (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Área de Relevante Interesse Ecológico	ARIE Itapebussus	US	Municipal	Rio das Ostras	Sim	Sim	Preservação dos corpos hídricos locais protegidos por áreas de restinga e matas de tabuleiro ali existentes, que configuram espaços cênicos extraordinários.	Turismo ecológico e educativo dirigido em trilhas autorizadas pela SEMAP mediante apresentação de planos.
Parque Natural Municipal	PNM do Estuário do Rio Macaé	PI	Municipal	Macaé	Não	Não	Lei Ordinária Nº 3.146/200 de 18/12/2008	Lei Ordinária Nº 3.146/200 de 18/12/2008
Parque Natural Municipal	PNM da Restinga do Barreto	PI	Municipal	Macaé	Não	Não	Decreto Nº 139 de 30/11/2016	Decreto Nº 139 de 30/11/2016
Área de Proteção Ambiental	APA da Lagoa de Iriry	US	Municipal	Rio das Ostras	Sim	Sim	Lei Nº 740 de 08/01/2003	Atividades culturais, lazer recreativo e contemplativo, educação, turismo, pesquisas científicas
Monumento Natural	MONA dos Costões Rochosos	PI	Municipal	Rio das Ostras	Sim	Não	Resguardar os atributos ambientais existentes nas restingas da região	Visitação, Estudos e Pesquisas
Parque Municipal	PM dos Pássaros	PI	Municipal	Rio das Ostras	Sim	Não	Preservar e resgatar a avifauna nativa da região de restinga, permitindo a formação de corredores ecológicos, recomposição da paisagem natural, recuperação de áreas degradadas.	Área de estudo, lazer e desenvolvimento da cultura local
Parque Natural Municipal	PNM Mico-Leão Dourado	PI	Municipal	Cabo Frio	Não	Sim	Preservar os últimos remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica	Educação ambiental e ao turismo ecológico.
Área de Proteção Ambiental	APA da Bacia do rio São João / Mico Leão- Doura	US	Federal	Araruama / Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu / Casimiro de Abreu / Rio Bonito / Rio das Ostras / Silva Jardim	Sim	Sim	Proteger e conservar os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, proteger remanescentes de floresta atlântica e o patrimônio ambiental e cultural da região.	Educação Ambiental, pesquisa e visitação
Área de Proteção Ambiental	APA Marinha da Armação dos búzios	US	Municipal	Armação dos Búzios	Não	Não	Decreto Nº 135 de 13/11/2009	Decreto Nº 135 de 13/11/2009
Parque Estadual	PE Paulo César Vinha	PI	Estadual	Guarapari	Sim	Sim	Proteger espécies de plantas e animais que estavam sendo ameaçadas pelo desmatamento, e também para ser um lugar aberto a visitas, pesquisa e conhecimento. Protege Mata Atlântica, dunas, planície de inundação e Restinga.	Em seu Plano de Manejo é dito que são realizados programas de conservação e de administração das áreas protegidas e de educação ambiental e não são especificados usos permitidos específicos para a área.
Área de Proteção Ambiental	APA da Praia da Azeda e Azedinha	US	Municipal	Armação dos Búzios	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Parque Natural Municipal	PN da Lagoinha	PI	Municipal	Armação dos Búzios	Não	Não	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000)	Pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000)
Parque Natural Municipal	PNM dos Corais	PI	Municipal	Armação dos Búzios	Não	Não	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000)	Pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000)
Área de Proteção Ambiental	APA Mangue de Pedras	US	Municipal	Armação dos Búzios	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA do Pau-Brasil	US	Estadual	Cabo Frio / Armação dos Búzios	Sim	Sim	Proteger os ambientes remanescentes de Mata Atlântica, manguezais, restingas, ilhas, dunas e aspectos geológicos.	Residencial unifamiliar e multifamiliar; comercial, devendo cada unidade imobiliária ter, no máximo, 250 metros quadrados de área construída; recreativo e de entretenimento; Centro de convenções; Hoteleiro. (Decreto Estadual Nº 32.517)

Continua...

Quadro II.4.4-2 (continuação) – Unidades de Conservação e demais áreas protegidas identificadas na área de estudo.

Categoria	Nome	Grupo	Esfera	Localização	PM	Conselho Gestor	Objetivo	Usos Permitidos
Parque Estadual	PE da Costa do Sol	PI	Estadual	Saquarema / Araruama / Arraial Cabo / São Pedro da Aldeia	Sim	Sim	Preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados da região das baixadas litorâneas, recuperar as áreas degradadas ali existentes. Manter populações de animais e plantas nativas	Uso indireto dos seus recursos naturais.
Parque Municipal	PM da Lagoa de Geribá	PI	Municipal	Armação dos Búzios	Sim	Não	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000)	Pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000)
Parque Natural Municipal	PNM da Restinga de Massambaba	US	Municipal	Arraial do Cabo	Não	Sim	Salvaguardar remanescentes de ecossistemas de restinga, manguezal, laguna e brejo pouco alterados pelo homem, além de importantes sambaquis que registram a presença de grupos pré-históricos na área. (Decreto Estadual Nº 9.529-c, 15/11/1986)	Possibilidades de uso variáveis, visando um ordenamento territorial sustentável. Classe 6 (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Área de Proteção Ambiental	APA do Morro da Cabocla	US	Municipal	Arraial do Cabo	Não	Não	Assegurar a preservação dos remanescentes	Lei Nº 1.512 de 30/03/2007
Reserva Extrativista	RESEX Marinha Arraial do Cabo	US	Federal	Arraial do Cabo	Sim	Sim	Garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista do Município de Arraial do Cabo.	Uso eventual ou em pequena escala de recursos naturais, desde que cause baixo impacto à UC e seja realizado somente pelos beneficiários da RESEX Marinha de Arraial do Cabo
Parque Municipal	PM Dormitório das Garças	PI	Municipal	Cabo Frio	Não	Não	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000)	Pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000)
Área de Relevante Interesse Ecológico	ARIE Restinga Viva	US	Municipal	Araruama	Não	Não	Preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local e, ao mesmo tempo, regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Lei Nº 9.985/2000)	Decreto Nº 063 de 05/06/2008
Área de Proteção Ambiental	APA de Massambaba	US	Estadual	Saquarema / Araruama / Arraial do Cabo	Sim	Não	Proteger áreas remanescentes de restingas, lagoas costeiras e brejos, preservar inúmeros sítios arqueológicos, fundamentais para pesquisas científicas, e manter a grande sequência de dunas ali existentes revestidas de vegetação protetora.	Decreto Nº 41.820 de 16/04/2009
Área de Proteção Ambiental	APA Serras do Mato Grosso - Tingui - Castelhanas	US	Municipal	Saquarema	Não	Não	Preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local e, ao mesmo tempo, regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Lei Nº 9.985/2000)	Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.
Área de Proteção Ambiental	APA do Morro do Gragoatá	US	Municipal	Niterói	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA das Lagunas e Florestas	US	Municipal	Niterói	Não	Não	Preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local e, ao mesmo tempo, regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA do Morcego	US	Municipal	Niterói	Sim	Não	Preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local e, ao mesmo tempo, regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Lei Nº 9.985/2000)	Decreto Nº 10.912/2011

Continua...

Quadro II.4.4-2 (continuação) – Unidades de Conservação e demais áreas protegidas identificadas na área de estudo.

Categoria	Nome	Grupo	Esfera	Localização	PM	Conselho Gestor	Objetivo	Usos Permitidos
Área de Proteção Ambiental	APA SIMAPA	US	Municipal	Niterói	Não	Não	Preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local e, ao mesmo tempo, regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Lei 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA da Água Escondida	US	Municipal	Niterói	Não	Não	Preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local e, ao mesmo tempo, regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA Engenho Pequeno e Morro do Castro	US	Municipal	São Gonçalo	Não	Não	Preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local e, ao mesmo tempo, regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA das Serras de Maricá	US	Municipal	Maricá	Não	Não	Preservação do ecossistema, garantindo a mais completa salubridade da região	Possibilidades de uso variáveis, visando um ordenamento territorial sustentável. Classe 6 (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Área de Relevante Interesse Ecológico	Arie da Cachoeira do Espraiado	US	Municipal	Maricá	Não	Não	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-la com os objetivos de conservação da natureza	Uso para o lazer, atividades turísticas e de estudos e pesquisas científicas
Reserva Extrativista	RESEX Marinha de Itaipú	US	Estadual	Niterói	Não	Sim	Proteger os meios de vida da população de pescadores artesanais tradicionais da região e garantir a exploração sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis em sua área de abrangência. (Decreto Estadual Nº 44.417/ 2013)	Pesca amadora e artesanal praticada por pescadores de outras localidades, que pesquem de forma tradicional nos limites da RESEX. É expressamente proibida a pesca industrial e predatória e o descarte de água de lastro ou óleo Nos limites da RESEX
Área de Proteção Ambiental	APA de Maricá	US	Estadual	Maricá	Sim	Não	Promover a preservação dos ecossistemas, garantindo a mais completa salubridade do sistema lagunar de Maricá. (Decreto Nº 7.230, de 23/04/1984)	Possibilidades de uso variáveis, visando um ordenamento territorial sustentável. Classe 6 (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Parque Estadual	PE da Serra da Tiririca	PI	Estadual	Niterói e Maricá	Sim	Sim	Manter e proteger a biodiversidade e os recursos genéticos do território; promover a sustentabilidade do entorno para o uso dos recursos naturais, estimulando o desenvolvimento integrado da região com auxílio da educação ambiental	Pesquisa científica, educação ambiental e visitação, sendo permitido o turismo em contato com a natureza
Refúgio da Vida Silvestre	REVIS das Serras da Marica	US	Municipal	Maricá	Não	Não	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória	Lei Nº 2.368 de 16/05/2011
Parque Municipal	PM de Niterói	PI	Municipal	Niterói	Não	Sim	Lei Nº 3.543 de 29/09/2020	Lei Nº 3.543 de 29/09/2020
Área de Relevante Interesse Ecológico	ARIE Formigueiro do Litoral	US	Municipal	Saquarema	Não	Não	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Lei Nº 9.985/2000)	Decreto Nº 739 de 04/09/2008
Parque Natural	PNM de São Gonçalo	PI	Municipal	São Gonçalo	Sim	Não	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000)	Pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000)
Área de Proteção Ambiental	APA do Alto do Gaia	US	Municipal	São Gonçalo	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA das Estâncias de Pendotiba	US	Municipal	São Gonçalo	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000

Continua...

Quadro II.4.4-2 (continuação) – Unidades de Conservação e demais áreas protegidas identificadas na área de estudo.

Categoria	Nome	Grupo	Esfera	Localização	Plano de Manejo	Conselho Gestor	Objetivo	Usos Permitidos
Área de Proteção Ambiental	APA de Guapi-Mirim	US	Federal	Magé / Guapimirim / Itaboraí / São Gonçalo	Sim	Sim	Proteger os manguezais situados na região ocidental da Baía da Guanabara, a região situada na foz dos Rios Iriri, Roncador, Guapi-Mirim e Imboaçu. (Decreto Nº 90225, de 25/09/1984)	Decreto Nº 90225, de 25/09/1984
Parque Natural Municipal	PNM Darke de Mattos	PI	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Preservar uma área remanescente da Mata Atlântica. (Decreto Municipal Nº 17.555)	Recreação em geral e eventos realizados pela população local. (Decreto Municipal Nº 17.555)
Área de Proteção Ambiental	APA de Itaoca	US	Municipal	São Gonçalo	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA Municipal Surui	US	Municipal	Magé	Não	Não	Proteção dos remanescentes florestais e Recursos Hídricos	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA da Estrela	US	Municipal	Magé	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Estação Ecológica	ESEC da Guanabara	PI	Federal	Guapimirim / Itaboraí	Sim	Sim	Preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das populações.	Realização de pesquisas científicas, permitidas alterações dos ecossistemas conforme estabelecido no plano de manejo.
Parque Natural Municipal	PNM Barão de Mauá	PI	Municipal	Magé	Sim	Sim	Preservar e recuperar as áreas degradadas existentes do ecossistema do manguezal e a conservação da biodiversidade associada ao Bioma da Mata Atlântica	Realizar pesquisas científicas; atividades de visitação, recreação, educação e interpretação ambiental, turismo em bases sustentáveis
Parque Natural Municipal	PNM da Catacumba	PI	Municipal	Rio de Janeiro	Sim	Não	Proteger o ecossistema local e os processos ecológicos a ele associado	Caminhada nas alamedas e trilha interpretativa que
Monumento Natural	MONA do Morro do Pão De Açúcar e da Urca	PI	Municipal	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Garantir espaços verdes e livres para a promoção do lazer em área natural; conservar, proteger e recuperar o ecossistema da Mata Atlântica (Decreto Municipal Nº 26.578/2006)	Turismo, recreação e atividades esportivas e culturais. (Decreto Municipal Nº 26.578/2006)
Monumento Natural	MN Arquipélago das Ilhas Cagarras	PI	Federal	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Preservar remanescentes do ecossistema insular do domínio da Mata Atlântica; belezas cênicas e área de refúgio e nidificação de aves	As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).
Parque Natural Municipal	PNM de Grumari	PI	Municipal	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Ampliar a preservação da área da APA de Grumari, restringindo, ao máximo, a ocupação urbana local.	Realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.(Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Parque Natural Municipal	PNM da Prainha	US	Municipal	Rio de Janeiro	Sim	Não	Barrar um projeto da Construtora Santa Isabel que previa, além de um hotel, a construção de um condomínio de significativo porte na área.	Possibilidades de uso variáveis, visando um ordenamento territorial sustentável. Classe 6 (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Parque Estadual	PE da Pedra Branca	PI	Estadual	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Preservar mananciais hídricos ameaçados pela expansão urbana. Preservar remanescente florestal localizado em ponto estratégico do Rio de Janeiro e área núcleo de biodiversidade da Mata Atlântica	Atividade turística, pesquisa, turismo
Área de Proteção Ambiental	APA de Sacopa	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei 9.985/2000)	Lei 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA dos Morros do Leme, Urubu	US	Municipal	Rio de Janeiro	Sim	Não	Preservar a paisagem natural de Mata Atlântica, além da fauna e da flora especiais existentes no conjunto dos Morros do Leme, do Urubu, Pedra do Anel, Praia do Anel e Ilha de Cotunduba. (Decretos Municipais Nº 9.779/1990 e 14.008/1995)	Entretenimento da população, com recreação infantil (parquinho), vias de escalada, trilhas, sítios arqueológicos e pontos de apreciação da paisagem

Continua...

Quadro II.4.4-2 (continuação) – Unidades de Conservação e demais áreas protegidas identificadas na área de estudo.

Categoria	Nome	Grupo	Esfera	Localização	PM	Conselho Gestor	Objetivo	Usos Permitidos
Área de Proteção Ambiental	APA das Pontas de Copacabana e Arpoador	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes. (Lei Municipal Nº 2.087/1994)	De acordo com o zoneamento estabelecido na Lei 2.087/94 Lei Nº 2087 de 04 de janeiro de 1994
Área de Proteção Ambiental	APA dos Morros da Babilônia e S. João	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Sim	Recuperar e preservar a cobertura vegetal existente; preservar exemplares raros, endêmicos, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e fauna (MMA/CNUC, 2014)	Possibilidades de uso variáveis, visando um ordenamento territorial sustentável. Classe 6 (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Área de Proteção Ambiental	APA do Parque Zoobotânico de Marapendi	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Proteger a rica flora e fauna do local, compreendendo as APPs da Lagoa de Marapendi e seus contornos e a APP do Parque Zoobotânico de Marapendi. (Decreto Nº 14.203/1995)	Recreação, como trilhas, caminhadas e observação da paisagem e fauna. (Lei Municipal Nº 61/1978)
Área de Proteção Ambiental	APA de Grumari	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA da Pedra Branca	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Sim	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA da Prainha	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Barrar um projeto da Construtora Santa Isabel que previa, além de um hotel, a construção de um condomínio de significativo porte na área.	Possibilidades de uso variáveis, visando um ordenamento territorial sustentável. Classe 6 (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Área de Proteção Ambiental	APA da Paisagem e do Areal da Praia do Pontal	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Regular a realização de eventos nas áreas de proteção ambiental localizadas nas regiões de orla marítima do Município do Rio de Janeiro. (Decreto Nº 18.849, de 3 de agosto de 2000)	Possibilidades de uso variáveis, visando um ordenamento territorial sustentável. Classe 6 (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Área de Proteção Ambiental	APA da Fazendinha da Penha	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Parque Municipal	PNM Paisagem Carioca	PI	Municipal	Rio de Janeiro	Sim	Não	Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.
Área de Proteção Ambiental	APA de Santa Teresa	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Parque Natural Municipal	PNM do Penhasco Dois Irmãos	PI	Municipal	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.	Realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (Lei Nº 9.985 - 18/07/2000)
Área de Proteção Ambiental	APA Morro da Saudade	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA São José	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA da Orla Marítima	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Lei Nº 9.985/2000)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000

Continua...

Quadro II.4.4-2 (continuação) – Unidades de Conservação e demais áreas protegidas identificadas na área de estudo.

Categoria	Nome	Grupo	Esfera	Localização	PM	Conselho Gestor	Objetivo	Usos Permitidos
Área de Proteção Ambiental	APA Morro dos Cabritos	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Lei Nº 1.912 de 28/09/1992	Lei Nº 1.912 de 28/09/1992
Área de Proteção Ambiental	APA Paisagem Carioca	US	Municipal	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Garantir espaços verdes e livres para a promoção do lazer em área natural; conservar, proteger e recuperar o ecossistema de Mata Atlântica existente e o patrimônio paisagístico da área; e, Garantir a preservação dos bens naturais tombados	Decreto Nº 37.486 de 05/08/2013
Parque Estadual	PE da Chacrinha	PI	Estadual	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Amenização climática da região e para a preservação de remanescentes de ecossistema	Lazer e recreação
Reserva Biológica	REBIO de Guaratiba	PI	Estadual	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Proteger os manguezais e os sítios arqueológicos presentes em seu território	São permitidas apenas visitas de cunho educacional e para a realização de pesquisas científicas, mediante prévia autorização
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS Papagaio	US	Estadual	Anchieta	Sim	Não	Conservar a natureza e a utilização sustentável de seus recursos ambientais pelas populações tradicionais, conservar as técnicas de manejo do ambiental (Decreto Nº 3692, de 22/11/2012)	Lei Nº 9.985/2000 de 18/07/2000
Área de Proteção Ambiental	APA das Tartarugas	US	Municipal	Anchieta	Sim	Não	Decreto Nº 3693, de 22/11/2011	Esculturas ao ar livre. Pesquisa científica e visitação pública
Parque Natural	PNM Bosque da Barra	PI	Municipal	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Conservação, proteção e recuperação dos recursos naturais	Pesquisa científica, educação, recreação e lazer
Área de Proteção Ambiental Urbana	APARU do Jequiá	US	Municipal	Rio de Janeiro	Não	Não	Decreto Nº 12250 de 31/08/1993	Decreto Nº 12250 de 31/08/1993
Bem Tombado	Pontal de Sernambetiba	Bem tombado	Bem tombado	Rio de Janeiro	Não	Não	-	-
Bem Tombado	Pedra de Itapuã	Bem tombado	Bem Tombado	Rio de Janeiro	Não	Não	-	-

Referências Bibliográficas

BRASIL. 2000. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. (...). Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 jul. 2000. p. 1. 2000.

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (CONSEMA). 2013. Resolução CONSEMA Nº 002/2013. Dispõe sobre autorização do órgão gestor para intervenção e/ou supressão vegetal em zona de amortecimento das Unidades de Conservação Estaduais, no âmbito do Licenciamento Ambiental. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo (DIO-ES). Vitória, ES, 16 set. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (CONAMA). 2010. Resolução CONAMA Nº 428/2010. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC). Diário Oficial da União (DOU). Brasília, DF, 20 dez. 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). 2013. Resolução INEA-RJ Nº 71 de 18 de junho de 2013. (...). Considera-se entorno imediato das unidades de conservação de proteção integral as suas respectivas zonas de amortecimento. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DO-RJ). Rio de Janeiro, RJ, 20 junho 2013.